
**CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS -
CTCOB
ATA DA 37ª REUNIÃO**

Data: 17 e 18 de agosto de 2005

Local: Hotel Beira Mar- FORTALEZA -CE

PARTICIPANTES:

- Ministério da Agricultura - MAPA: Mauricio Mota Castelo Branco- (mmcb@fortalnet.com.br)
- Ministério da Integração Nacional: Maria Zita Timbó Araujo- (zita@dnocs.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – ANA: Francisco Lopes Viana - (fcoviana@ana.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – MMA: Ednaldo Mesquita Carvalho- (ednaldo.mesquita@mma.gov.br)
- Ministério das Cidades-MC- Norma Lucia de Carvalho- (norma.carvalho@cidadades.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – SP/RJ: Eliseu Itiro Ayabe (eayabe@sp.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – MG/ES:Alberto Simon Schwartzman(alberto.simon@igam.mg.gov.br)
- Usuário/Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Décio Michellis Júnior (decio.michellis@gruporede.com.br)
- Usuário/Indústria: Patrícia Helena Gambogi Boson: (tita@net.em.com.br)
- Usuário/Prestadoras de Serviço Abastecimento de Água e Esgotamento-Elizabeth Costa de Oliveira- (elizabetholiveira@cedae-rj.com.br)
- Usuário/Irrigantes- Eduardo Queirós de Miranda: (detec@faeg.org.br)
- Comitês de Bacias Hidrográficas- Alberto José Mendes Gomes: (alberto.gomes@sanasa.com.br)
- Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas- Francisco Carlos Castro Lahóz- (francisco@agua.org.br)
- Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa- Jaildo Santos Pereira (jaildo@yahoo.com)

CONVIDADOS:

- Manfredo Pires Cardoso- diretor@srh.ba.gov.br
- Valéria Almeida Lopes de Faria- vfaria@cemig.com.br
- Thomas Sidrim- seagri@aquiraz.ce.gov.br
- Hendrick L. Mansur- hlmansur@ceivap.org.br
- Paulo Miranda Pereira- pmiranda@cogerh.com.br
- Antonio Martins da Costa- martins@srh.ce.gov.br
- Adamir Barbosa Lima- adamir@srh.ce.gov.br
- José V. Biserra- vbiserra@uol.com.br
- Maria Izelda Rocha Almeida- izelda@cogerh.com.br
- Antonio Nunes de Miranda - antonio.miranda@secmr.com.br
- Ana Paula Magalhães Mansueto- anapaula@cogerh.com.br
- Renato Rolim- renatorolim@srh.ce.gov.br
- Henrique Rolim- rolim@cogerh.com.br
- Maria de Fátima Paiva-maria.paiva@codevasf.gov.br
- Antonio Eduardo Reis - areis@sede.embrapa.br
- Nice Maria da Cunha Cavalcante- nice@cogerh.com.br
- Goretti de Fátima Ximenes Nogueira- goretti@srh.ce.gov.br
- Edinaldo Rodrigues- edinardo@srh.ce.gov.br
- CarlosA. S. Teles- cteles@srh.ba.gov.br

RELATORIA:

- Ednaldo Mesquita Carvalho – SRH / MMA – Tel: (61) 4009-1809
(ednaldo.mesquita@mma.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Nos dias 17 e 18 de agosto do ano de dois mil e cinco, com início às dez horas, a Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH realizou sua 37.^a reunião em Fortaleza, convocada há doze dias, sob a presidência do senhor Décio Michellis Júnior, tendo como relator o senhor Ednaldo Mesquita Carvalho. Quando da realização da XVI reunião extraordinária do CNRH no dia 21/03/05, o Conselheiro Edinardo Rodrigues, Secretário de Recursos Hídricos do Estado do Ceará, em contato com o Presidente da CTCOB convidou a Câmara para uma reunião no seu estado com o objetivo de conhecer, discutir sobre o processo de cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos adotado no Estado. Com antecedência foi solicitado ao Secretário Edinardo a preparação de um documento para ser utilizado como documento base de referência, pelos membros da CTCOB contendo basicamente: Histórico da Cobrança no Ceará, situação atual e o papel da COGERH no processo, cenários futuros esperados, pontos de contato, de interesse comum e de divergência entre a política de Recursos Hídricos no Ceará e a Política Nacional de Recursos Hídricos. Diante desta conjuntura, foi realizada a 37.^a reunião da CTCOB na cidade de Fortaleza. Quando da abertura solene dos trabalhos diante de 14 membros da Câmara e 20 convidados, foi lido o seguinte texto: *“O presente encontro está destinado principalmente à análise dos aspectos relevantes da cobrança pelo uso da água no âmbito da Legislação Federal e Estadual. Os debates levarão em conta as questões regionais, principalmente a prestação de serviços para a oferta de recursos hídricos nos múltiplos usos da água no Estado do Ceará. Nesta reunião haverá também o relato sobre o andamento das atividades do grupo de trabalho que realiza o acompanhamento da implementação da cobrança pelo uso de água no Vale do Parnaíba, em São Paulo. Acontecerá, ainda, a eleição do novo Presidente da Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB para um novo período administrativo. A programação para os dois dias de reuniões, prevê, de igual modo palestras e debates. Serão ouvidas quatro palestras destinadas logicamente, ao aperfeiçoamento dos estudos à aplicação da Legislação sobre cobrança pelo uso da água. O Secretário Edinardo Rodrigues, da Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH, falará aos presentes sobre o “Sistema de Gestão de Recursos Hídricos no Ceará”; O Superintendente de Outorga e Cobrança da Agência Nacional de Águas – ANA, Francisco Lopes Viana abordará o tema “Experiência Nacional de Implantação de um Sistema de Cobrança”, enquanto o consultor independente, Antônio Nunes de Miranda tratará sobre “Condições Peculiares do Ceará e Pontos da Legislação de Especial Interesse”. Por último, a Presidente da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH, Maria Izêlda Rocha Almeida, fará exposição sobre a “Experiência de Implantação de um Sistema de Cobrança no Ceará”.* Após composição da mesa, fez uso da palavra o Conselheiro Edinardo Rodrigues, depois de saudar a todos disse que esperava que o evento viesse a contribuir com a implantação da política Nacional de Recursos Hídricos. Realçou que o CNRH deve se aprofundar na questão Cobrança pelo uso da Água na região semi árida como sempre foi lembrado pelo Sr. Manfredo Pires Cardoso, Diretor da SRH/BA, presente à reunião. Informou que a reunião iria iniciar um processo de avaliação e aprofundamento pela CTCOB do conhecimento sobre aspectos regionais relacionados à água, solo e clima que ajudarão a Câmara na formulação de proposta ideal para a Cobrança. Relatou, como exemplo, que na região semi-árida há sempre a necessidade de uma infraestrutura que deve ser continuamente operada e mantida. Disse ainda que estão muito preocupados porque é evidente que há uma diferenciação regional, social e geopolítica não prevista na legislação federal. Após apresentação inicial do Secretário de Recursos Hídricos do Ceará, o Sr. Décio, presidente da CTCOB, comentou sobre a importância da presença da Câmara no Estado, agradeceu pela hospitalidade e organização do evento já demonstrada quando do preparo e envio do documento de referência, enalteceu a importância da gestão de recursos hídricos e da cobrança pelo uso da água. Considerou que a cobrança no Ceará antecede a própria política Nacional de Recursos Hídricos e que é importante buscar a evolução para as questões do semi árido e por outro lado, ter a abertura e disposição para discutir algum tipo de adequação ou melhoria no atual processo adotado no Ceará. Conforme palestra anexa, o Sr. Edinardo enfatizou os avanços estóricos ocorridos no Ceará, fundamentados em ações estruturais, comentou ainda sobre as mudanças ocorridas na estrutura organizacional do estado voltada aos Recursos Hídricos. Deu ênfase ao Plano Estadual de Recursos Hídricos, ao modelo de gestão estadual liderado pela COGERH. Foram dadas explicações sobre as oscilações de precipitação, as áreas sujeitas. Foi comentado sobre os

objetivos dos diversos órgãos que compõem a estrutura do Estado para a gestão dos Recursos Hídricos. Foram também elencadas pelo Secretário Edinardo as diversas obras estruturantes e ações em andamento no estado, como o Eixo de Integração com 64 km já concluídos e 110 km a concluir, o Programa Semi-Árido, o Programa de Desenvolvimento Hidro-Ambiental de Micro Bacias Hidrográficas, entre outros. Falou que tem consciência sobre os avanços que o Ceará obteve ao longo dos anos, graças a oportunas e estratégicas decisões políticas anteriores, mas admitiu que muitas coisas existem para serem ainda feitas. Em seguida, conforme programação preparada pelos anfitriões, foi a vez do consultor independente Prof. Antonio Nunes Miranda apresentar a palestra anexa- *“Condições Peculiares do Ceará e Pontos da Legislação de Especial Interesse”*. Ao longo de sua exposição, o Prof Miranda procurou seguir o raciocínio título de sua palestra, registrou como peculiaridades o seguinte: - Caracterização da semi-aridez do Nordeste,- A intermitência dos rios e dos açudes para regularização de vazões,- Integração de Bacias,- Gestão Conservadora,- Gestão Integrada,- A importância da água para a Agricultura. Em termos dos pontos da Legislação de Especial interesse para o Ceará, elencou:- A aplicação dos Recursos Arrecadados,- A Organização dos Comitês, Comitês de Bacia, a Cobrança pelo Uso das Águas e Agências de Águas,- A COGERH como Agência de Águas, - Planejamento,- O conceito poluidor pagador no Semi-Árido. Sobre estes pontos da Legislação, entende o consultor que não há conflitos sérios entre o que está sendo feito no Ceará e o que preconiza a Legislação Federal, lembrou que existe orientação e receptividade para, se necessário, proceder algum tipo de adequação na Legislação Estadual. Ao final, esclareceu que os recursos arrecadados no Estado pelo uso da Água são internalizados na caixa da COGERH e alocados na manutenção do próprio sistema de gestão dos recursos hídricos e nos processos de operação e manutenção das estruturas. Iniciados os debates, o Sr. Francisco Parente enfatizou a importância da cobrança como fator de educação para a racionalização dos usos da água, comentou sobre o exercício da participação descentralizada no processo de gestão. Respondendo, o Secretário Edinardo informou que hoje cobram uma tarifa, há uma matriz tarifária que é preparada e discutida com todos, reconhece que a tarifa deve ser maior para aqueles que não racionalizam o uso da água. A Sra. Maria Zita, inicialmente, fez algumas críticas ao documento base de referência, disse que 80% dos recursos arrecadados foram na Bacia Metropolitana, mas que infelizmente, o Comitê representado por ela não participou das discussões sobre a matriz tarifária e no processo de locação dos recursos arrecadados. Sobre a COGERH, entende que a Companhia não é apenas a agência de bacia dos Comitês Estaduais, mas é também sua secretaria executiva. Em resposta o Consultor Miranda, prometeu rever o documento nos aspectos levantados e enfatizou que mesmo dentro das limitações existentes, a participação, o diálogo e a transparência sempre foram pautadas. Sentia-se muito orgulhoso com o que foi feito e está sendo feito, mas reconhecia que alguma coisa poderia e deveria ser revista e adequada. O Secretário Edinardo, em resposta, reconhece também que a relação existente entre os comitês e a Agência COGERH no Ceará é diferente do que ocorre nos estados do Sul. Entende que o modelo adotado no Ceará é vitorioso, tem orgulho dele, mas admite que existem falhas. Lembrou que quando foi ao CNRH e pediu a presença da CTCOB no Estado foi com o intuito de ouvir e discutir a busca de melhorias e da evolução do modelo hoje existente, solicitou ajuda para avançar. Afirmou que os grandes investimentos que estão sendo feitos no Estado são custeados com recursos do Tesouro Estadual. Comentou sobre a importância da adequação da Lei 9.433 às características regionais do Nordeste Semi-Árido, respeitando a experiência vivida pelo Ceará. O Sr. Thomas Sidrim ponderou que a participação popular torna mais fácil a administração. Demonstrou interesse em participar, juntamente com seus pares do Comitê da região Metropolitana, das discussões e negociações. Solicitou assento no CERH para que possa fazer suas críticas e colocações várias. O Sr. Alberto Gomes, do PCJ, disse que já esteve dos dois lados, Governo e Sociedade Civil, enalteceu o diálogo, as discussões e acredita que ao final o consenso prevaleceria. O Sr. Manoel Cardoso ponderou que o “pior inimigo do bom é o ótimo”. Afirmou que onde o Ceará chegou deve ser considerado como um avanço, um modelo a ser seguido. Disse que é uma situação peculiar, os comitês de bacia não podem ser tratados no nordeste literalmente como previsto na Lei 9.433. No seu estado, a Bahia, o modelo será implantado sempre mirando no que foi feito e está sendo feito no Ceará. Noticiou que o seu Estado vai receber o certificado Iso 9001 pelo processo de outorga lá implantado. O Sr. Jaildo lembrou da sua experiência quando esteve na França. Naquela oportunidade estava em discussão, depois de 40 anos, a dissolução ou não das Agências de Água já criadas. Ponderou que na Lei 9.433 deveria haver espaço para que os Estados fizessem suas adequações. O Prof. Miranda, em resposta, concordou que os conflitos levavam aos avanços e à sinergia. Por outro lado, entendia que não deveria haver fragilidade jurídica no processo por isso este era um motivo para a reestruturação do sistema implementado. O presidente da CTCOB comentou sobre o documento base de referência, no qual pode-se perceber a existência de comando e controle e de sustentabilidade econômica para operação e gestão

no Estado. Observou que a perenização dos rios é visão positiva e de futuro. Sobre a cobrança no Estado, afirmou que era interessante como estava funcionando e com a existência de uma só Agência, no caso a COGERH, para gerir o sistema. Não via conflito no uso de mais de 7,5% dos valores arrecadados para ações de custeio da agência. Ponderou que a criticidade do Ceará antecipa discussões que vamos ter à frente no nível Nacional. Como aspectos pró positivos, sugeriu e elencou: - no plano Estadual a questão saneamento ambiental poderia ser melhor explorada.- articulação para composição de um pacto social para buscar novas metas de arrecadação. - reconhecer a segurança hídrica como o verdadeiro pano de fundo para nortear a gestão dos Recursos Hídricos no Semi-Árido.- que para se estabelecer a cobrança o foco deveria estar no Plano Estadual ou de Bacia. - é fundamental o estabelecimento de indicadores de eficiência e eficácia elaborados com a participação dos Comitês, responsáveis pelo controle social no processo.- na gestão das transposições, se não for olhado o interesse estadual, que está acima dos interesses locais, problemas poderão advir. - seria criado na CTCOB um grupo de trabalho com a finalidade de propor adaptações e adequações às legislações em respeito às características regionais. Para compor o GT, sugeriu os nomes dos Srs. Francisco Viana, Antonio N. Miranda, Jaildo dos Santos e Sra. Maria Zita T. Araújo, entre outros. Os produtos do GT poderiam ser levados, como emendas aos Pls para regulamentação da legislação que trata da Política de Recursos Hídricos em tramitação no Congresso Nacional. O Sr. Edinardo concordou com as colocações em especial aquelas que tratavam da segurança hídrica necessária à produção e ao abastecimento humano. Sobre o Grupo de trabalho proposto, apóia a sua criação e recomendou que o GT tivesse como objetivos os questionamentos levantados pelo Prof. Miranda, contidos nas páginas 51 a 56 do Documento Base de Referência, os quais poderiam viabilizar a segurança jurídica almejada pelo Estado. Dando continuidade à reunião, na parte da tarde, a Sra. Maria Izêlda Rocha – Presidente da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos - COGERH proferiu a palestra “Experiência de Implantação de um Sistema de Cobrança no Ceará”. Foi dito pela Sra. Izêlda que a COGERH foi criada em 1994. Dois anos depois, foi iniciada a cobrança no Estado como forma de dar sustentabilidade financeira à Companhia para que essa pudesse cumprir sua missão. A missão da COGERH é: “Gerenciar os Recursos Hídricos de Domínio do Estado e União, por delegação, de forma integrada, descentralizada e participativa, incentivando o uso racional, social e sustentado, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população”. Decorrente da sua missão, é da responsabilidade da COGERH, gerir e manter o sistema de acumulação e adução de água bruta no Estado. Informou a Presidente sobre as estruturas que estão sob a responsabilidade do Órgão como os 300 km de adutoras, 170 estações elevatórias, 126 reservatórios estaduais e federais com a participação do DNOCS. Como eixos de atuação, foram elencados: - a operação e manutenção do sistema de Recursos Hídricos, o monitoramento quantitativo e qualitativo da água, o gerenciamento participativo com o envolvimento dos comitês, o gerenciamento da oferta e demanda da água bruta e o fortalecimento institucional. Especificamente sobre o sistema de cobrança existente no Estado, foi dito que é um sistema de tarifas e que em 2002 e 2003 foi feito um reestudo destas tarifas, com a participação dos Comitês já constituídos. As tarifas devem cobrir os custos de operação, administração e manutenção das estruturas existentes. Os custos dos investimentos não foram considerados na composição das tarifas, sendo a cobrança feita por volume, estabelecidas por 1.000 m3. Foram elencadas pela Sra. Izêlda cada uma das determinações do Decreto 27.271, de 28/11/03. Como referência, foi dito que a COGERH arrecadou em 2004, R\$19 milhões de reais, sendo que 57% foram gastos com pessoal responsável pela execução das atribuições da Companhia, e 10% foram gastos com energia. Ao final, foram descritas as recomendações para a expansão da outorga, cobrança e fiscalização. Em seguida, foi a vez do Sr. Francisco Lopes Viana- Superintendente de Outorga e Cobrança da ANA proferir sua palestra com o título: “Experiência Nacional de Implantação de um Sistema de Cobrança” - O Sr. Viana, inicialmente, enfatizou a necessidade de se levar em conta na gestão de Recursos Hídricos as ações de manutenção e operação de sistemas. Complementando, disse que no Nordeste semi árido por exemplo, como há predominância de rios intermitentes, as ações de operação e manutenção dos reservatórios que garantem sua perenização, deveriam ser consideradas como fundamentais. Deu também ênfase aos instrumentos de gestão e a um tripé, que na sua opinião, seria onde o sistema se apoiaria, quais sejam: Cobrança, Comitês, e Agências. Sobre a implantação da cobrança no país, comentou que as agências estão em fase de formação e que ainda não exercem as suas responsabilidades com a profundidade prevista. Disse inclusive que há uma certa artificialidade, sente que há uma necessidade crescente de participação saudável da sociedade. Percebe que a tendência é que haja a descentralização para que a gestão possa ocorrer como previsto pelas agências de águas delegadas. Acredita que nas duas bacias, Paraíba do Sul, comitê CEIVAP, Piracicaba, Capivari e Jundiaí comitê PCJ, onde as agências estão em implementação, se estas não se firmarem em 5 anos, algo deve ser feito para a mudança do modelo. Sugere que a delegação de responsabilidade para a entidade delegataria deve

ser dada na medida real da sua competência. Após a quarta apresentação, iniciaram-se as perguntas. A Sra. Patrícia Boson concordou com os demais no aspecto adequação da legislação nacional às questões regionais, como é o caso do Nordeste Semi-Árido. Fez questionamento sobre a relação dos Comitês estaduais com a CONGERH. Da mesma forma, o Sr. Hendrick- AGEVAP perguntou se os Comitês participam do processo de locação dos recursos arrecadados. A Sra. Izêlda concordou que deveria haver maior participação dos comitês no processo de tomada de decisão, seria o controle social a ser exercido pelo colegiado, desta forma os comitês participariam mais da Gestão no Estado, admitiu que não estaria ocorrendo como poderia ocorrer esta participação. Como as tarifas são utilizadas para cobrir os custos da gestão e operacionais, os comitês não participam na alocação dos recursos. O Sr. Viana concordou que no Ceará há um tutelamento pelo Estado, mas por outro lado entendia que a Lei Estadual poderia e deveria ser mudada. Sobre o artificialismo das Agências mencionado por ele procede, porque no caso da AGEVAP há ainda muita coisa a ser feita até a consolidação daquela Agência. Voltou a comentar que a Lei 9.433 deveria ser aprimorada não só para atender as diferenças regionais, como no Semi Árido, mas para incluir também ações de Gestão. A Sra. Maria Zita questionou as questões cobrança na Agricultura, inviabilidade das tarifas para a produção agrícola e recomendou uma reavaliação na Lei 9.433. O Sr. Eduardo Queiróz, seguindo a mesma linha, sugeriu uma revisão da legislação Estadual, rememorou o fato que os comitês não foram procurados para sugerir os mecanismos de cobrança adotados nos Estado. A Sra. Izêlda e o Sr. Viana reconhecem que o sistema deveria ser avaliado constantemente, admitem que o setor agrícola, no caso a irrigação, é muito complexo, não só no Ceará como no resto do País. A Sra. Patrícia Boson ponderou que o processo de expansão do modelo do Ceará, considerado por ela como híbrido, deva ser mais aprofundado antes de ser levado de fato para outros estados ou regiões. Perguntou se os usuários participam do conselho de administração da COGERH. O Sr. Manfredo perguntou sobre a forma de negociação adotada para as captações já feitas pelas Indústrias e se ainda existiam usuários com captação direta de água bruta. Em resposta, a Sra. Izêlda disse que se paga em qualquer circunstância porque a água disponível foi disponibilizada e em seus custos de captação e operação dos sistemas que a conduziram. Complementarmente, informou que os Usuários e os Comitês não participam do Conselho de Administração da COGERH e também não participam do CERH. O Sr. Francisco Lahós sugeriu que o pronunciamento do Presidente da CTCOB fosse transcrito integralmente na ata e deu seu apoio à criação do GT para apreciar as questões inerentes à segurança jurídica, solicitada pelos representantes do Estado do Ceará. Questionou se continua o trabalho de mobilização visando o esclarecimento à sociedade sobre o processo implementado no Estado. A Sra. Elizabeth perguntou se a CAGECE- Companhia de Abastecimento de Água repassava à COGERH os recursos decorrentes da tarifação mesmo havendo inadimplência por parte de seus clientes. A Sra. Fátima, da CODEVASF, pediu explicação sobre o porquê de no total de 17.000 irrigantes apenas 3.000 pagavam pelo uso da água, perguntou também sobre a relação outorga e contrato. Respostas comentadas pela Sra. Izêlda- O trabalho de capacitação, educação em recursos hídricos e conscientização ainda continuam. Sobre os pagamentos da CAGECE à COGERH, mesmo havendo inadimplência, os valores são repassados integralmente. Com respeito aos irrigantes foi dito que o pagamento é feito por aqueles de maior capacidade de pagamento. Sobre o contrato foi informado que o mesmo é que dá segurança para possível cobrança judicial, é um pacto de compromisso entre as partes e é assinado devido à precariedade da outorga. Concluídas as apresentações e questionamentos com esclarecimentos das dúvidas passou-se para o *Item 3 da pauta- Eleição do presidente da CTCOB e aprovação da ata da 36 reunião da CTCOB* – Por solicitação do presidente da CTCOB, o relator Sr. Ednaldo iniciou o processo para eleição do novo presidente da Câmara para mais um período de um ano. Foi citada a Resolução n.º 21 de 14/03/02 que instituiu a CTCOB, bem como o Artigo 27 do regimento interno do CNRH que trata da presidência das Câmaras Técnicas. Nenhum membro apresentou-se como candidato e por iniciativa do representante da ANA e dos Consórcios foi sugerida a recondução do Sr. Décio Michellis Júnior na presidência da CTCOB, por unanimidade todos os presentes concordaram com a recondução. Consultado, o Sr. Décio aceitou o convite e agradeceu a todos pela confiança depositada na sua pessoa. Em seguida, foi aprovada a ata da 36.ª reunião, com pequenas alterações semânticas. Por solicitação de presentes, foi feita inversão de pauta para a apresentação do Sr. Hendrick da AGEVAP responsável pelo GT de acompanhamento da Cobrança na Bacia do Rio Paraíba do Sul, *Item 5 da pauta.* Baseando-se na pauta de reunião ocorrida entre a AGEVAP/CEIVAP e a diretoria colegiada da ANA, como a seguir: Termo Aditivo do Contrato de Gestão- Há uma comissão de avaliação elaborando um aditivo, com menor número de indicadores, deverá ser assinado em breve- Deliberação sobre parcelamento de débitos- Após aprovação pelo CNRH da resolução n.º 51, que aprova a metodologia proposta, por deliberação do CEIVAP os entendimentos estão sendo estabelecidos com os inadimplentes.- Os repasses de recursos para a AGEVAP foram

retomados a partir de 23/06/05. Pagamentos em juízo pela CSN e CEMIG, os entendimentos continuam, no caso da CEMIG, estão aguardando parecer da AGU.- Pagamentos PCHs - sem posição definida, devem reunir-se com a ANEEL.- Contrato de Gestão com os Estados: RJ /SERLA- minuta de convênio para viabilizar a atuação da AGEVAP no Estado está em elaboração, DAEE/SP assinado Termo de Cooperação, IGAM/MG assinou documento a ser enviado ao CERH-MG, indicando a AGEVAP como agência de Bacia. Repasse de recursos no ano eleitoral 2006, deverá ser normal.- Foram mostrados gráficos contendo as arrecadações mês a mês após a instituição da Cobrança na bacia. Em 2005, até Junho, foram arrecadados R\$2,9 milhões de reais. Foi apresentado também o cronograma de reembolso com percentuais de gastos por ações ou atividades. Foi comentado sobre o processo de revisão da metodologia de cobrança, conforme Deliberação CEIVAP n.º.8 de 6/12/01. Iniciados os debates, o Sr. Alberto perguntou sobre os recursos arrecadados pelo Estado do Rio de Janeiro nos rios estaduais, afluentes do Paraíba do Sul. Em resposta, o Sr. Hendrick disse que os recursos estão depositados em um fundo estadual e que o CEIVAP já deliberou sobre sua destinação. Convênio será assinado com o Estado do Rio de Janeiro para esta finalidade. A Conselheira Patrícia Boson recomendou que o GT se preparasse para regulamentar o inciso IV do artigo 44 da Lei 9.433 que menciona a possibilidade de existência de um agente financeiro onde os recursos da cobrança estariam depositados. Esta seria uma forma de mudar e melhorar os fluxos dos recursos arrecadados. O presidente da CTCOB, solicitou à conselheira a fundamentação legal para a regulamentação mencionada, quem sabe, com a contratação de um consultor. Com a ajuda do Sr. Viana pela ANA que, após ser citado, disse que a possibilidade existia. A Conselheira Patrícia se dispôs a elaborar os termos de referência para a contratação do Consultor. Concluindo, o Sr. Hendrick informou sobre a disponibilidade de todos os dados relacionados à Cobrança na Bacia nos sites: www.ceivap.org.br ou www.agevap.org.br. *Item 4 da pauta- Análise da proposta de resolução que regulamenta o parágrafo 4º. do Art. 21 da Lei 9.984.* - O Sr. Décio iniciou as discussões, apresentando seu substitutivo à versão disponibilizada anteriormente, explicou, por exemplo, que no Art. 3.º da primeira versão foram incorporados 9 parágrafos que tratam de conceitos sobre indicadores. Neste aspecto, a Sra. Patrícia Boson sugeriu que indicadores deveriam ser tratados em resolução específica, recomendou que a Câmara refletisse com mais calma sobre este aspecto. O Presidente da CTCOB recomendou que todos analisassem com calma esta nova versão e que na próxima reunião, as discussões finais sobre a proposta de resolução teriam continuidade. Sobre as ponderações da Conselheira Patrícia Boson, foi solicitado a ela que preparasse uma proposta de resolução específica sobre Indicadores, caso não fosse possível, este assunto continuaria sendo tratado nessa resolução. *Assuntos Gerais:* Representando a SRH/MMA o Relator Sr. Ednaldo, a pedido do Sr. Rodrigo Speziali, solicitou que a Câmara Técnica estudasse a possibilidade de aprofundar as discussões sobre um conteúdo mínimo, ou mesmo um sumário, para as Diretrizes da Cobrança para o PNRH. O Sr. Alberto Simon lembrou que a CTCOB já havia enviado ao GTCE do PNRH documentos para subsidiar a elaboração destas diretrizes. O Sr. Jaildo Santos, complementando o que foi dito anteriormente, propôs a realização de uma oficina de um dia simultaneamente com uma reunião da CTCOB, na qual a equipe encarregada da elaboração do PNRH apresentaria um documento de referência para debater com a Câmara. O Sr. Décio fez resgate histórico do que já havia sido deliberado na CTCOB. O entendimento era que a Câmara não elaboraria diretrizes e sim receberia uma proposta de diretrizes para analisar e validar, mesmo assim estaria disposto a colaborar desde que a CTCOB viesse a receber pedido formal da CTPNRH ou dos responsáveis pela elaboração do PNRH. Disse ainda o Presidente que a CTCOB tem vários produtos que seriam muito úteis quando da formulação das diretrizes, citou os relatórios das três oficinas promovidas pela Câmara, os documentos elaborados por ele e pelo Sr. Rodrigo Speziali já encaminhados ao GTCE do PNRH, além da própria resolução que trata de critérios para a cobrança que seria o pano de fundo. A Sra Patrícia ponderou que para a realização da oficina haveria a necessidade de se ter pelo menos um “judas” para servir de referência para o início das discussões. O Sr. Jaildo prometeu comunicar ao Sr. Rodrigo Speziali estas sugestões de encaminhamento. Ao final das discussões o Sr. Viana lembrou que também foi elaborada pela agência uma proposta de diretrizes para a Cobrança a serem incorporadas ao PNRH, prometeu disponibilizá-las. Outro tema abordado pelo Sr. Jaildo, o “Livro da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos no Brasil”, foi feito um apelo para que os voluntários que se dispuseram a ajudar, enviassem suas contribuições. Ainda em assuntos gerais, o Sr. Manfredo convidou a todos para o encontro promovido pelo Forum dos Comitês do Brasil a ser realizado nos dias 16,17,18 e 19/10 em Ilhéus na Bahia. Às 19 horas, foi encerrado o primeiro dia da reunião pelo Sr Edinardo Ximenes Rodrigues, Secretário de Recurso Hídricos do Ceará que considerou atingidos os objetivos da reunião. Disse o Secretário que os representantes do Estado tiveram a oportunidade de colocar suas angústias, experiências e apresentar sugestões sobre a implementação da Cobrança pelo uso Água em regiões

338 semi-áridas. O seu desejo é que todos conhecessem a realidade na região e os esforços que os Governos
339 têm que desprender para colocar a água disponível para todos. Enfatizou que esperam sugestões para o
340 aperfeiçoamento operacional e legal do que vem sendo feito hoje no Ceará. Agradeceu o apoio recebido
341 pelo Presidente da CTCOB. Demonstrou seu orgulho pelo que já foi feito até agora no seu Estado, mas
342 tem a consciência que existe muita coisa ainda a ser feita. Conta com o apoio da CTCOB e apóia o GT a
343 ser criado que deverá dar o conforto e contribuição para a tranquilidade jurídica esperada para o
344 Estado. Não havendo nenhum assunto mais a tratar, foi encerrada a primeira parte da reunião às
345 19:20h. Mais uma vez, o presidente da CTCOB agradeceu o convite formulado pela Secretaria
346 de Recursos Hídricos do Ceará e pelo apoio durante a realização da reunião. No segundo dia,
347 foram feitas visitas técnicas às instalações da Companhia de Abastecimento de Água do Ceará.

348
349 Ata aprovada na 38.^a reunião da CTCOB, dia 4 de outubro de 2005 .
350

351
352
353 Décio Michellis Júnior
354 Presidente da CTCOB

355
356
357 Ednaldo Mesquita Carvalho
358 Relator da CTCOB
359
360
361